

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 538.265 - PR (2019/0302276-2)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ANDERSON LOIS GULMINI TAQUES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : GISELE VERIDIANA MOREIRA RIBAS - PR098913  
ANDERSON LOIS GULMINI TAQUES - PR048550  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : LUANA REGINA CARLI (PRESO)  
**OUTRO NOME** : LUANA REGINA CARLI MALAQUIAS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de LUANA REGINA CARLI MALAQUIAS contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que indeferiu o pedido liminar formulado no HC n. 49253-72.2019.8.16.0000.

Noticiam os autos que a paciente foi presa em flagrante e convertida a custódia em preventiva, pela suposta prática de tráfico de drogas.

A defesa pugnou pela revogação da prisão preventiva ou substituição pela domiciliar, pleito este indeferido, na liminar, pelo Tribunal local (e-STJ fls. 39/42).

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/16), a defesa argumenta que a paciente faz jus à prisão domiciliar, uma vez que possui residência fixa e uma filha menor de 12 (doze) anos.

Narra que recentemente *foi publicado acórdão do recurso de apelação nos autos 0001255-23.2018.8.16.0072, no qual a paciente obteve êxito parcial no mérito ao ser provida a alteração de regime prisional para o semiaberto. Do mesmo modo, nos autos 0003603-77.2019.8.16.0072, onde a prisão foi relaxada pelo Juízo de piso* (e-STJ fl. 4).

Suscita, ainda, a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva da paciente, por fundamentação

# *Superior Tribunal de Justiça*

inidônea, especialmente porque foi pequena a quantidade de drogas apreendida e sua cunhada - menor (de cabelo vermelho) - quem teria vendido a droga à testemunha.

Invoca a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do *Habeas Corpus* Coletivo n. 143.641 e a jurisprudência desta Corte para amparar a sua tese.

A defesa pede, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva da paciente pela prisão domiciliar, tudo com superação do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. **Decido.**

É assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade.

A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).*

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.*

*2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.*

*4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).*

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem (e-STJ fls. 39/42) não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

Ao decretar a prisão preventiva da paciente, o Juízo processante consignou (e-STJ fl. 33):

*Registra-se, que a flagrada em tempo pretérito já havia sido presa, pela prática em tese, do crime de tráfico, tendo ocorrida sua soltura em 12 de setembro de 2019, ou seja, ínfimos dois dias antes de nova prisão, o que demonstra que as medidas cautelares são absolutamente insuficientes ao caso em apreço.*

*Ademais, conforme as informações processuais, a flagrada já foi condenada por tráfico de drogas, indicando que, em tese, permanece no exercício da prática desse ilícito penal.*

*Destarte, a manutenção da flagrada em custódia se revela necessária em face da evidente possibilidade de retomar a sua*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*atividade ilícita, afetando a ordem pública. Outrossim, há de se considerar a gravidade da conduta, em tese, perpetrada, uma vez que a mesma já possui condenação anterior pela prática do mesmo crime e havia sido colocada em liberdade dois dias antes do flagrante.*

Por certo, todas as questões suscitadas pela defesa da paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar (em ampla extensão e profundidade) o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator